

Exilados e exilados



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A história é escrita por uma linha vadia e delirante. Ninguém tem o poder de antecipar o próximo capítulo. No Brasil dos anos de chumbo, os perseguidos da ditadura militar fugiam para as democracias liberais da Europa, onde, apesar da dificuldade da falta de recursos, conseguiam denunciar os malfeitos do regime. Era uma situação que incomodava o poder, em Brasília, porque os grandes jornais europeus, volta e meia, publicavam denúncias de torturas, censura e outras agressões à liberdade individual. Carlos Lacerda, quando ainda defendia os militares, disse numa entrevista em Paris que a democracia brasileira era igual ao casamento francês, sem sangue.

Piada algo ofensiva, mas os franceses não passaram recibo. Continuaram recebendo os exilados brasileiros e publicando, de tempos em tempos, relatos sobre os desmandos dos militares no Brasil. Um momento especial dessa movimentação de fuga do país ocorreu quando Leonel Brizola solicitou exílio ao governo dos Estados Unidos. O presidente Jimmy Carter concedeu. Ele residiu por uma longa temporada no Hotel Roosevelt em Nova York. Depois se estabeleceu em Lisboa. Arraes ficou muito tempo na Argélia. Fernando Gabeira passou pela Suécia, onde foi porteiro de hotel, e depois se fixou em Paris.

Muita gente fugiu naquela época de pesadelos reais: tortura, prisão e morte. Agora, o movimento se renova com novos nomes e outros argumentos. Eduardo Bolsonaro, com receio de ser preso, entrou no avião e surgiu nos Estados Unidos, vestindo o uniforme de exilado por decisão própria. Deixou o mandato de deputado federal e iniciou sua ação, junto ao governo dos Estados Unidos, para realizar pressões contra os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em destaque o ministro Alexandre de Moraes.

Outros blogueiros já tinham frequentado essa rota para fugir das decisões do Supremo. Alguns preferiram se esconder na Argentina e em outros países vizinhos. A tentativa de derrubar o governo no início do mandato do presidente Lula produziu vítimas e réus. A deputada Carla Zambelli, que não costuma refletir sobre seus atos, também atravessou a fronteira para a cidade argentina de Iguazu, fronteira com o Paraná, pegou um avião e foi até Buenos Aires. Dali voou para Miami e, afinal, chegou a Roma. Anunciou sua decisão de fixar residência na Itália. Ela tem a cidadania italiana.

Zambelli, paulista de Ribeirão Preto, 45 anos, casada com o secretário de Segurança da Prefeitura de Caucaia, Ceará, (ele também pediu licença de seu trabalho) Antônio Aginaldo de Oliveira, exagerou nos meios. Falou demais e antes da hora. Ela julga estar protegida de eventual prisão por ter cidadania italiana. Não é tão simples. O ministro Alexandre de Moraes atendeu à sugestão da Procuradoria-Geral da República e decretou a prisão dela, indisponibilidade de bens, suspensão de seus atos nas redes sociais e inclusão de seu nome na lista vermelha da Interpol. Ela está cercada por todos os lados.

Terá muitas dificuldades para receber recursos

no exterior. Além disso, está condenada a 10 anos de prisão por ter tentado, junto com um hacker, incluir documentos falsos no site do Conselho Nacional de Justiça. E está perto de ser condenada por porte de arma quando, às vésperas da eleição, perseguiu um petista, em São Paulo, com revólver na mão. Bolsonaro atribui ao episódio a principal razão para ter perdido a eleição. Ela poderá ser julgada pela justiça italiana. Ninguém sabe o que vai sair da cabeça de um juiz. Robinho, jogador de futebol, está cumprindo pena em São Paulo por delito cometido na Itália.

Zambelli não desfruta de prestígio junto aos bolsonaristas. Esses, por sua vez, estão divididos entre várias alas porque há vários governadores em condições de ser o candidato à Presidência da República. Bem à frente de todos está Tarcísio Freitas, governador de São Paulo, que ainda não se decidiu. Ele prefere se recandidatar ao governo do estado, mas há grande pressão para que seja o candidato à Presidência. Neste momento em que a popularidade de Lula está em baixa, os índices de reprovação do governo são superiores aos de aprovação, as candidaturas começam a se revelar.

Jair Bolsonaro tem reduzidas chances de ultrapassar os problemas que o cercam e o envolvem. Ele, que já pensou em se asilar na Embaixada da Hungria, está com o passaporte retido pelo STF. Para ele, neste momento, não há a hipótese de uma viagem legal. Poderá fugir para evitar a prisão, que parece estar mais próxima. O exílio, às vezes, purifica e melhora o político brasileiro, que precisa conhecer outras realidades para viver com menos intensidade o seu delírio de poder. No caso de Zambelli, ela é, apenas, uma foragida da justiça brasileira. Há exilados e exilados. É preciso não confundir uns com os outros.



Para além da Amazônia: a hora de agir pelo Cerrado é agora!



» DANDARA TONANTZIN
Deputada federal (PT-MG), coordenadora do Grupo em Defesa do Cerrado da Frente Parlamentar Ambientalista

Desde as primeiras luzes do dia até o cair da noite, o Cerrado pulsa vida: é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupa 22% do território brasileiro e abriga quase 30% das águas superficiais do país, alimentando dezenas de bacias que banham outros biomas. No entanto, vive sob a chancela de leis flexíveis que permitem uma exploração sem freios e do racismo ambiental que impõe desafios para as populações que ali habitam.

A reserva legal no Cerrado corresponde a apenas 20% da propriedade, contra 80% exigidos na Amazônia, por exemplo. A lógica é nítida: tratar o Cerrado como zona de sacrifício. É o que também se vê nos dados do *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil*, da rede MapBiomias, divulgados em maio de 2025, que apontam que o Cerrado foi o ecossistema brasileiro mais devastado em 2024: 652.197 hectares.

O relatório aponta uma redução de 32,4% no desmatamento, considerados todos os biomas brasileiros — destaque para a região amazônica, que registrou uma queda de 54% entre 2022 e 2024. Mas no Cerrado a situação se inverte: especialmente no Matopiba, região do nordeste do país que registrou 75% do desmatamento do Cerrado e 42% de toda a perda de vegetação nativa no Brasil.

O principal vetor desse desmatamento é a expansão agropecuária. Fazendas se estendem, máquinas ceifam palmas e raízes, e o solo degradado deixa de cumprir seu papel de esponja natural. Consequência direta: as nascentes secam, o ciclo hidrológico se rompe e outras regiões sofrem no rastro da devastação. O Rio São Francisco, que mata a sede de 15 milhões de brasileiros, já sente a pressão; a bacia do Tocantins perde volume em áreas cruciais para a irrigação; e o Pantanal, um dos maiores pantanais do mundo, arrefece sua exuberância.

Mas o impacto vai muito além dos mapas e gráficos. No Cerrado, age também o racismo ambiental, um arbusto espinhoso que mata lentamente comunidades vulneráveis: povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e populações tradicionais. A perda de terra e recursos naturais torna-se sinônimo de exílio forçado; a contaminação de água e solo, de doenças respiratórias e problemas de saúde; e a erosão cultural, de um empobrecimento irreversível de saberem ancestrais. Tudo isso embalado por uma sinfonia de violações de direitos humanos.

O desastre da barragem de Fundão, em Mariana, é um exemplo emblemático de racismo ambiental no Brasil. Estudo da Universidade Federal de Juiz de Fora mostrou que as comunidades mais atingidas eram majoritariamente negras. Isso revela como a localização e a vulnerabilidade das populações negras estão diretamente relacionadas à exposição a desastres socioambientais. A omissão histórica do Estado e das empresas no cuidado com essas comunidades aprofunda as desigualdades.

Mas, ainda podemos escolher outro caminho.

Primeiro, reconhecendo oficialmente os direitos territoriais — demarcações imediatas e seguras para povos indígenas e quilombolas. Precisamos assegurar a implementação de políticas públicas inclusivas, que integrem a participação das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais. É urgente também investir em educação ambiental, desde as escolas até programas de extensão rural, para mostrar que conservar o Cerrado é garantir água, clima estável e alimentos saudáveis. A justiça ambiental precisa avançar com vigor. Precisamos assumir o compromisso do desenvolvimento sustentável que harmonize a produção agropecuária com floresta em pé — modelos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) já demonstram resultados positivos em solo Cerrado.

Neste momento, o Cerrado espera mais do que menções protocolares: busca compromissos sólidos, metas ambiciosas e financiamento real para sua conservação. À frente da coordenação do Grupo em Defesa do Cerrado da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, estamos, inclusive, realizando importantes articulações para pensar políticas públicas que visem barrar retrocessos na agenda ambiental em escala global e em especial no nosso continente das Américas.

Afinal, se ignorarmos esse gigante de biodiversidade e fonte de água, condenaremos não só a nós mesmos, mas as futuras gerações a um cenário de escassez, conflitos e crises socioambientais. A hora de agir é agora — cada árvore preservada, cada riacho que ainda corre, cada comunidade que resiste é um grito de vida que ecoa para além do Cerrado.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@gdabr.com.br



Vitória de Pirro moderna

Dados, levantados pela inteligência ocidental, dão conta de que após três anos do início da invasão à Ucrânia, a Rússia contabiliza equação militar negativa cada vez mais insustentável. Segundo esses dados, o país vem perdendo em média 1.135 soldados mortos ou feridos diariamente, tudo isso para conquistar apenas 2,3 quilômetros quadrados de território — uma área irrisória. Analistas militares calculam ainda que, no ritmo atual de avanço, a Rússia levaria pelo menos 91 anos para criar a zona-tampão segura proposta por alguns militares russos. A Rússia, cita esse relatório, está tomando território, mas a um custo insustentavelmente alto.

Diante de mais esse desastre comandado por Putin, seu futuro político vai se tornando cada vez mais incerto e tenebroso. De posse desses dados, o que se tem em mãos revela uma operação militar que, além de moralmente condenável, é estrategicamente desastrosa para a Rússia e, sobretudo, para sua juventude. Um olhar para três frentes — militar, política interna russa e geopolítica global — mostra a Rússia, sob a liderança de Putin, cada vez mais atolada nas areias movediças do destino que traçou para si mesmo. No cenário militar, assiste-se à lógica da exaustão por tantas baixas, atualmente, em mais de 400 mil por ano. Isso é insustentável até mesmo para uma potência como a Rússia, que mobilizou sua população em ondas sucessivas e endureceu suas leis contra a dissidência e deserção. Os ganhos territoriais (2,3 km² por dia) são taticamente irrelevantes quando comparados com o custo humano, material e psicológico. A estimativa de 91 anos para completar uma zona-tampão mostra o caráter fantasioso daquela meta. Além disso, a moral das tropas está provavelmente degradada; as reservas de munições, equipamentos modernos e oficiais experientes estão se esgotando e a Ucrânia, embora exaurida, tem acesso crescente à tecnologia militar ocidental de ponta, o que tende a reequilibrar o conflito no campo de batalha.

A guerra entra em um impasse de desgaste em que a Rússia, apesar de avanços localizados, está cavando sua própria exaustão estratégica. Também no cenário político interno, o poder de Putin torna-se cada vez mais instável e incerto. Vladimir Putin, como é sabido, sustenta seu poder sobre três pilares: repressão interna (controle da narrativa), aparato de segurança leal (FSB, militares, Guarda Nacional) e percepção de força e grandeza geopolítica. Por outro lado, entende-se que a guerra na Ucrânia corroeu parte ou boa parte desses pilares. Internamente, a repressão atinge o ponto de retorno — quando o medo vira ódio silencioso e regimes entram em colapso. As forças armadas estão desmoralizadas, com generais eliminados, prisões por corrupção e comandantes mercenários (como Yevgeny Prigojin) mortos em circunstâncias suspeitas. Dessa forma, o fracasso dessa guerra destrói a narrativa imperial que Putin construiu desde a Crimeia (2014). Muitos acreditam que o futuro político de Putin está ameaçado, embora não imediatamente, pois ele ainda mantém o poder, embora enfrente rachaduras entre elites (oligarcas e serviços secretos).

Há sinais de desgaste entre as bases sociais que sustentavam sua popularidade. O medo de uma “primavera russa”, embora remota, preocupa o Kremlin — vide o aumento de investimentos em cyber propaganda, censura e repressão legal. Ninguém contesta o fato de que em termos geopolíticos, há um isolamento e colapso russo. Em termos de diplomacia, o país está, cada vez mais, desgastado, mesmo entre antigos aliados. A guerra levou a Rússia a se tornar, cada vez mais, dependente da China, o que a rebaixa de potência autônoma à satélite estratégico.

Sancionada economicamente, com acesso restrito às tecnologias críticas e aos mercados ocidentais, a Rússia de Putin vai provando de seu próprio veneno. Se Putin sobreviver politicamente, será líder de uma Rússia empobrecida, armada, ressentida e dependente, o que é perigoso para o mundo. Mas se cair, abre-se o risco de vácuo de poder com disputas internas violentas e fragmentação da federação russa ou ascensão de um regime ainda mais autoritário. O mundo deve colocar as barbas de molho, pois seu arsenal atômico assustador pode vir a ser usado como demonstração de força derradeira.

A frase que foi pronunciada:

“A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes.”

Winston Churchill

História de Brasília

A solidariedade das professoras aos invasores do BNDE não deveria ser traduzida em greve, mas, sim, em solidariedade efetiva. Exemplo: melhor aproveitamento dos apartamentos já entregues, para que todos sejam atendidos. (Publicada em 4/5/1962)